



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

OFÍCIO Nº 027/2023 – GAP/PMS

SALINÓPOLIS-PA, 24 DE ABRIL DE 2022.

A Sua Excelência o Senhor

JOÃO ERIVALDO DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Salinópolis

Nesta

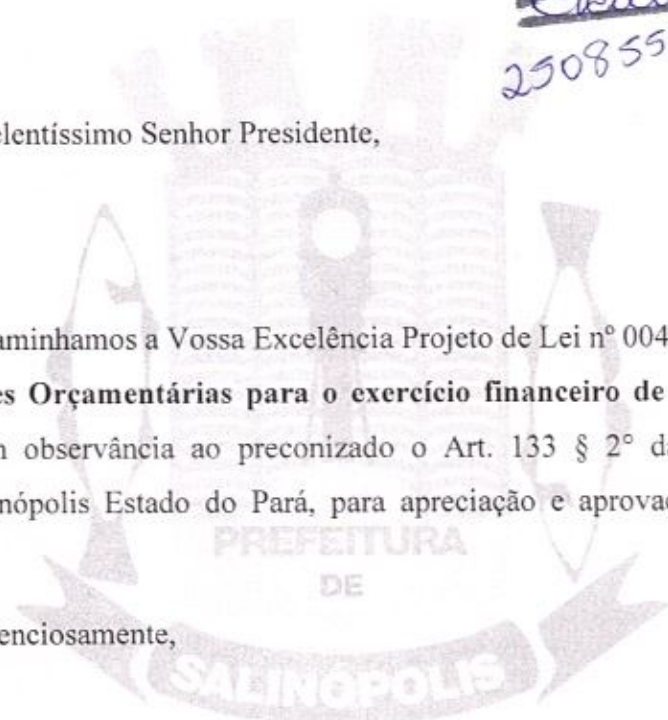
PROTOCOLO
em: 25-04-23
Cláudio
25085504/23



Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminhamos a Vossa Excelência Projeto de Lei nº 004/2023, que “**Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2024, e dá outras providências**”, em observância ao preconizado o Art. 133 § 2º da Lei Orgânica do Município de Salinópolis Estado do Pará, para apreciação e aprovação por esse Poder Legislativo.

Atenciosamente,


Carlos Alberto de Sena Filho
CARLOS ALBERTO DE SENA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM À CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

Excelentíssimo Senhor Presidente;

Excelentíssima Senhoras Vereadoras; e

Excelentíssimo Senhores Vereadores.

É com muita honra e satisfação que submetemos à apreciação dessa Câmara Municipal o presente Projeto de Lei nº 004/2023, que “**Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2024**, e dá outras providências”, em observância ao preconizado no Art. 133 § 2º da Lei Orgânica do Município de Salinópolis Estado do Pará.

O Projeto de Lei em pauta objetiva orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício de 2024, atendendo a todos os requisitos legais previstos no art. 165, § 2º, da Constituição da República e na Lei Complementar n 101/2000, compreendendo:

- I- As metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II- Orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- III- Disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- IV- Disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- V- Equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI- Critérios e formas de limitação de empenho;
- VII- Normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VIII- Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- IX- Autorização para o Município auxiliar custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

- X- Parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- XI- Definição de critérios para início de novos projetos;
- XII- Definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XIII- Incentivo à participação popular;
- XIV- As disposições gerais.

Portaria STN nº 1.447 de 14 de junho de 2022

O Anexo de Metas Fiscais foi elaborado conforme as orientações do “Manual de Demonstrativos Fiscais”, editado pela Secretaria do tesouro Nacional da Fazenda e aprovado através da Portaria nº 1.447/2022 – 13ª Edição, de 14/06/2022. De acordo com as orientações contidas no referido Manual, elaborou-se os demonstrativos para a LDO 2024 de forma consolidada, isto é, com a somatória das receitas e despesas dos orçamentos da administração direta e dos fundos especiais.

A projeção das Receitas foi baseada nos seguintes parâmetros:

- a) A previsão do Produto Interno Bruto do Estado do Pará – PIB, divulgado pelo IBGE e FADESPA;
- b) A taxa de inflação para o ano de 2024, projetada pelo Banco central do Brasil;
- c) O Índice de Preços ao Consumidor – IPCA, medido pelo IBGE;
- d) A variação do valor das transferências constitucionais recebidas pelo Município ao longo dos anos;
- e) Outros parâmetros que compõe o cenário macroeconômico, para o qual se utilizou a evolução das receitas do Município.

Temos uma boa expectativa para atingir todas as metas programadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2024, principalmente nas áreas que possuem limites estabelecidos na Constituição, como saúde, educação e gastos com pessoal, procuramos então atender a Lei de Responsabilidade Fiscal. na elaboração desta LDO do presente mandato.

Desta forma, a Lei de Diretrizes Orçamentárias define para 2024, alcançar como objetivo principal a melhoria do atendimento na saúde pública, desenvolvimento urbano

3



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

sustentável, melhoria na infraestrutura, a inclusão social e o avanço na educação, ao buscar maior eficácia no desempenho do seu decisivo papel de promover o desenvolvimento socioeconômico do Município, sempre com a observância dos seguintes eixos estratégicos:

- Governança com Sustentabilidade Fiscal;
- Construir o desenvolvimento institucional de Salinópolis com responsabilidade fiscal, planejamento transparência e participação popular, a partir da implantação de um modelo de gestão voltada para obtenção de resultados, com foco na melhoria da prestação de serviços ao cidadão;
 - Economia com Sustentabilidade Ambiental;
 - Promover o desenvolvimento econômico sustentável aproveitando as potencialidades do Município.
 - Apoiar as cadeias produtivas locais, fortalecendo a agricultura familiar.
 - Desenvolver a infraestrutura urbana do município com política de ampliação do saneamento básico, da reestruturação viária e de políticas de mobilidade urbana, de redução do déficit habitacional e construção de equipamentos públicos de lazer articulados com as diretrizes do Plano Diretor para promover a melhoria da qualidade de vida da população;
 - Construir o desenvolvimento de Salinópolis a partir da política de educação com inclusão social, atendimento humanizado da saúde e políticas de cultura, esporte e lazer que promovam a cidadania.
 - Melhorar as condições de saúde das comunidades através da promoção de estilos de vida saudáveis, das campanhas de sensibilização, da educação e da investigação contando com a participação de especialistas nas respectivas áreas.
 - Estabelecer prioridades e desenvolver programas e planos que permitam responder a essas necessidades.

É importante ressaltar que a Lei Orçamentária Anual – LOA, que se fundamentará na presente LDO será aplicada no ano de 2024. Acreditamos que o Poder Executivo e Poder



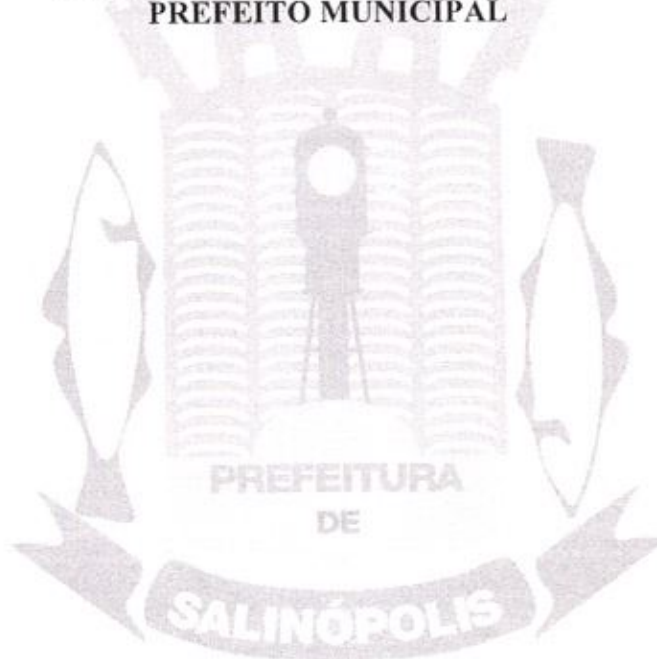
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

Legislativo possam manter um excelente diálogo e que possam trabalhar unidos em prol do desenvolvimento e do bem estar da população de Salinópolis.

Desta forma, estamos certos de que o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2024, composto pela presente mensagem, Projeto de Lei e Anexos, receberá especial atenção dos nobres Edis dessa honrada Casa Legislativa e estará sempre à disposição de todos os cidadãos para conhecimento e melhor acompanhamento do desempenho da gestão pública municipal.

Atenciosamente,

Carlos Alberto de Sena Filho
CARLOS ALBERTO DE SENA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL





PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 004/2023.

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS aprovou e o Prefeito Municipal **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte LEI.

CAPÍTULO I **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Art. 165, §2º da Constituição Federal de 1988, em atendimento às disposições da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e ao Art. 133 § 2º da Lei Orgânica do Município de Salinópolis Estado do Pará, as Diretrizes Orçamentárias do Município de Salinópolis para o exercício financeiro de 2024, compreendendo:

- I – As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2024
- II – Orientação básica para elaboração da Lei Orçamentária Anual
- III – Diretrizes gerais para elaboração e execução do Orçamento Anual do Município de Salinópolis
- IV – Organização e estrutura do orçamento
- V – Incluindo os limites para créditos adicionais
- VI – As disposições relativas às despesas do município com pessoal e modernização legislação de recursos humanos
- VII – Equilíbrio entre receita e despesa
- VIII – Disposições fiscais desta lei
- IX – Critério e forma de limitação de empenho
- X – Condição e exigência para a transferência de recurso a entidades públicas e privadas
- XI – Autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS **GABINETE DO PREFEITO**

- XII – As disposições sobre alteração na legislação Tributária do Município de Salinópolis
XIII – Os anexos de metas fiscais e de riscos fiscais de conformidade com a lei complementar nº 101/00 e com a Portaria STN nº 1.447 de 14 de junho de 2022.

CAPÍTULO II

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º O Poder Público municipal terá como prioridades a redução das desigualdades sociais e a elevação da qualidade de vida, balizada no desenvolvimento sustentável e na gestão fiscal responsável dos recursos públicos do município.

§1º As metas e prioridades da Administração Pública municipal, tratado no caput deste artigo, estão definidas no Plano Plurianual – PPA 2022/2025.

§2º A definição e a execução da programação de trabalho deverão observar, além das metas e prioridades da Administração pública municipal estabelecida no caput deste artigo, as seguintes diretrizes:

I – Equilíbrio entre receitas e despesas

II – Interação e convergência das políticas municipais destinadas à promoção de emprego e renda, à promoção e proteção social e de gestão pública

III – Fortalecimento da cooperação entre governo e sociedade

IV – Formação de parcerias com o governo estadual e federal através da celebração de convênios, prioritariamente nas áreas de educação, saúde, meio ambiente e ações de geração de emprego e renda

V – Articulação e parcerias com instituições privadas e organizações não governamentais – ONG's e organismos internacionais

VI – Garantir a responsabilidade fiscal, ampliando a eficiência tributária e o controle sobre os gastos públicos.

VII – Cumprimento das metas fiscais relativas ao resultado primário e nominal do Anexo II, parte integrante desta Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

- VIII – Promover a melhoria da eficiência e aumentar transparência nos atos de gestão do município
- IX – Valorização e respeito ao servidor público municipal, mediante implementação de programas de qualificação, aperfeiçoamento e melhoria salarial
- X – Promover concursos públicos, para investidura nos quadros de servidores públicos municipais
- XI – Proteção social de crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade
- XII – Melhoria na qualidade do ensino público e valorização dos profissionais da educação
- XIII – Promoção do desenvolvimento social, combater
- XIV – Promoção ao acesso universal e de qualidade aos serviços de saúde pública, garantindo os investimentos de média e alta complexidade, enfrentamento ao COVID-19 e outras crises de saúde pública que venham a acontecer.
- XV – Redução do déficit habitacional e promover a regularização das propriedades urbanas e rurais do município
- XVI – Melhorar o acesso da população ao saneamento básico (água potável, esgotamento sanitário e destinação do lixo)
- XVII – Valorização do esporte e lazer como meio de melhorias de qualidade de vida da população do município de Salinópolis
- XVIII – Ampliar o acesso à inclusão digital como ferramenta de cidadania e inclusão social
- XIX – Combater as desigualdades sociais, a violência e promover a garantia dos direitos humanos com atendimento especial aos grupos vulneráveis aos riscos de discriminação e marginalização social
- XX – Combater o trabalho infantil, a exploração sexual infanto-juvenil e o trabalho escravo no meio rural e nos centros urbanos
- XXI – Proporcionar a inclusão social das pessoas portadoras de necessidades especiais, garantindo o acesso aos serviços públicos essenciais
- XXII – Implantar programas e ações educacionais e de saúde, visando minimizar e coibir situações de gravidez na adolescência, bem como, implementar atividades que concorram para permanência nas escolas
- XXIII – Fortalecer o Sistema de Controle Interno



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS **GABINETE DO PREFEITO**

XXIV – Fomentar a Agricultura Familiar com garantia de aquisição para abastecer a merenda escolar do Município

XXV – Melhorar as condições de tráfegos nas estradas vicinais e vias públicas do Município

XXVI – Apoiar estrutural e financeiramente as manifestações culturais, artísticas, esportivas, religiosas e sociais no município

§3º Na destinação de recursos financeiros relativos a programas e ações sociais, será conferida prioridade às áreas de saúde e educação, conforme determinam os art. 198, §2º, II e art. 212 da Constituição Federal

§4º O anexo de metas e prioridades poderá ser alterado, sendo evidenciado em demonstrativo específico, a ser encaminhado em conjunto com a proposta orçamentária.

XXVII – Proporcionar as famílias em situação de vulnerabilidade social, com a distribuição de gás butano, para uma melhor qualidade de vida, de conformidade com a normas reguladoras do município.

XXVIII – Proporcionar através do projeto “Iluminando Sonhos” da Assistência Social, auxílio financeiro aos Projetos Sociais, que atuam no Município com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. s famílias em situação de vulnerabilidade social.

CAPÍTULO III **DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art.3º A lei orçamentária anual garantirá o equilíbrio entre receita e despesa, devendo compreender o Orçamento fiscal e o Orçamento da Seguridade Social:

I – O Orçamento Fiscal refere-se aos Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta

II – O Orçamento da Seguridade Social, abrange os fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, compreendendo as dotações destinadas a atender às ações vinculados a saúde e assistência social

Art.4º As categorias de programação de que trata esta Lei, serão identificadas por órgão, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais de acordo com as codificações da Portaria nº42/1999 da Secretaria de Orçamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

Federal – SOF, da Portaria Interministerial nº 163/2001 – Secretaria do Tesouro nacional - STN/SOF, Portaria Conjunta nº03/2008 – STN/SOF, Portarias SOF/ME nº 13.433, de 16/11/2021, Portaria nº 13.954, de 26/11/2021 e nº 1.051, de 07/02/2022, Portaria SOF/ME nº 14.956, de 21 de dezembro de 2021, Portarias SOF/Me nº 1.437 e Portaria SOF/ME nº 3.129; Portaria SOF/ME nº 5.810, de 29 de junho de 2022, Portaria SOF/ME nº 6.332, de 15 de julho de 2022, a Portaria SOF/ME nº 9.447, de 27 de Outubro 2022, s Portaria SOF/ME nº 7.7235, de 10 de agosto de 2022; Portaria SOF/ME nº 8.488, de 23 de Setembro de 2022, Portaria SOF/ME nº 9.306, de 24 de Outubro de 2022; Portaria SOF/ME nº 9.741, de 8 de Novembro de 2022; Portaria SOF/ME nº 10.317, de 2 de Dezembro de 2022, Portaria SOF/MPO nº 7, de 1º de fevereiro de 2023, Retificação da Portaria SOF/MPO nº 7, de 1º de fevereiro de 2023 e Portaria SOF/MPO nº 55, de 16 de março de 2023, Portaria SOF/MPO nº 14, de 16 de fevereiro de 2023 e atualizações posteriores e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período de 2022/2025, assim para efeito desta lei, entende-se por:

I – Programa é o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos à expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual.

II – Projeto é instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de realizações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo municipal.

III – Atividade é o instrumento de programação envolvendo um conjunto de operações, que se realizam de modo contínuo e permanente para alcançar os objetivos de um projeto e /ou programa, necessários à manutenção da ação de governo.

IV – Operação especial são as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

V – Órgão Orçamentário é o maior nível de classificação institucional, cuja a finalidade é agrupar unidades orçamentárias.

VI – Unidade Orçamentária é o menor nível de classificação institucional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

VII – Concedente é órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários.

VIII – Conveniente são as entidades da Administração Pública Municipal e as entidades privadas, as quais recebem transferências financeiras, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários.

§2º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a denominação de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização das ações.

§3º Os programas poderão ser desdobrados em subtítulos exclusivamente para especificar a localização física ou execução parcial das respectivas ações e metas, não podendo haver alteração da finalidade e da denominação dos mesmos.

Art.5º O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminaram a despesa por órgão, unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador do uso e os grupos de despesa conforme a seguir discriminado:

I – Grupo 1 abrange o pessoal e encargos sociais

II – Grupo 2 abrange juros e encargos da dívida

III – Grupo 3 abrange outras despesas correntes

IV – Grupo 4 abrange os investimentos

V – Grupo 5 abrange as inversões financeiras

VI – Grupo 6 abrange a amortização da dívida

§1º O Poder Executivo poderá incluir na classificação orçamentária da despesa o indicador de uso para evidenciar os recursos orçamentários componentes de contrapartida a convênios e outros instrumentos congêneres, além das especificações constantes no *caput* deste artigo.

§2º Na lei Orçamentária, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, será feita no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, nos moldes do art.6º da Portaria Interministerial nº163/2001 e Portaria Conjunta STN/SOF/ME n.º 103, de 5 de outubro de 2021. A classificação da despesa orçamentária, segundo a sua natureza, é identificada pelo conjunto de códigos, a seguir indicados: 1º



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

Dígito: Categoria Econômica 2º Dígito: Grupo de Natureza de Despesa 3º/4º Dígitos: Modalidade de Aplicação 5º/6º Dígitos: Elemento de Despesa 7º/8º Dígitos: Item de Despesa.

§3º Na modalidade de aplicação, será observada no mínimo, o seguinte detalhamento:

I – Transferências à União – 20

II – Transferência a Estados e ao Distrito Federal – 30

III – Transferência a Municípios – 40

IV – Transferência Instituições Privadas sem Fins Lucrativos – 50

V – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos – 60

VI – Execução de Contrato de Parceria Público Privada/PPP – 67

VII – Transferências a Instituições Multigovernamentais – 70

VIII – Transferências a Consórcios Públicos – 71

IX – Execução Orçamentária Delegadas a Consórcios Públicos – 72

X – Transferências ao Exterior – 80

XI – Aplicações Diretas – 90

XII – Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal e de seguridade social – 91

XIII – Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social de consórcio nas quais o ente participe – 92

XIV – Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade sociais em consórcio nos quais o ente não participe – 93

XV – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe – 94.

XVI - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 – 95.

XVII - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012 – 96.

XVIII - A definir no caso da Reserva de Contingência – 99

Art.6º São fontes de recursos do Orçamento Fiscal:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

- I – Receitas Tributárias
- II – Receitas de Contribuições
- III – Receita Patrimonial
- IV – Receita Agropecuária
- V – Receita Industrial
- VI – Receitas de Serviços
- VII – Transferências Correntes
- VIII – Outras Receitas Correntes
- IX – Operações de Crédito
- X – Alienação de bens
- XI – Amortização de Empréstimos
- XII – Transferência de Capital
- XIII – Outras Receitas de Capital

Art.7º São fontes do Orçamento da Seguridade Social, os recursos provenientes de:

- I – Contribuições sociais dos servidores públicos e as obrigações patronais da administração pública e outras que vierem a ser criadas por lei.
- II – Receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que atuam nas áreas de saúde, previdência e assistência social.
- III – Transferências efetuadas por meio do Sistema único de Saúde – SUS.
- IV – Transferências do Orçamento Fiscal, por meio da receita resultante de impostos, conforme alterações estabelecidas pela Emenda Constitucional nº29/2000, nos art.34, o art.35, III, art. 167, IV e art.198 da Constituição Federal de 1988.
- V – Outras fontes vinculadas à seguridade social

Art.8º Lei Orçamentária Anual discriminará em categorias de programações específicas e as dotações destinadas:

- I – As ações descentralizadas de saúde, educação e assistência social.
- II – Ao Atendimento de ações de alimentação escolar.
- III – Ao pagamento de precatórios judiciais.
- IV – Ao pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado considerado de pequeno valor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

V – Nas despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial.

VI – Ao atendimento das operações relativas à dívida do município, se couber.

VII – De despesas de natureza complementar a servidores públicos municipais, como por exemplo, auxílio alimentação, auxílio doença, assistência médica e odontológica.

§1º A inclusão de recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais para atender as despesas de que trata o inciso VII deste artigo, fica condicionada a informação do número de beneficiários de cada tipo de benefício.

Art. 9º O projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2024 será encaminhado ao Poder Legislativo até 15 de outubro de 2023, conforme art.138 da Lei Orgânica do Município, devendo ser devolvido para sanção do Prefeito Municipal até 15 de dezembro de 2023.

§1º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo Municipal observará, além das disposições constitucionais e legais, o disposto no art.5º da Lei Complementar n º101/2000, constituindo-se de:

I – Mensagem

II – O texto da Lei

III – Quadro orçamentário consolidado

IV – Anexos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei, evidenciando a estrutura de financiamento e o programa de trabalho por unidade orçamentária.

V – Anexo do Orçamento de investimento a que se refere o art. 165, II da Constituição Federal de 1988.

§2º Os quadros Orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, incluindo os complementares referenciados no Art. 22, III da Lei nº4.320/1964, são os seguintes:

I – Evolução da receita do Tesouro Municipal, segundo as categorias econômicas.

II – Evolução da despesa do Tesouro Municipal, segundo as categorias econômicas e elementos de despesa.

III – Resumo das receitas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos.

IV – Resumo e despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e elemento de despesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

V – Receita e despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da lei nº 4.320/1964 e suas alterações.

VI – Receita do Orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constantes do Anexo III da lei nº 4.320/1964 e suas alterações.

VII – Despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo Poder e Órgão, por elemento de despesa e fonte de recurso.

VIII – Despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a função, subfunção, programa, ação ou projeto, atividades e elemento de despesa.

IX – Recursos do Tesouro Municipal, diretamente arrecadados, no orçamento fiscal e da seguridade social.

X – Resumo das fontes de financiamentos por categorias econômica e grupos de despesa.

§3º Para efeito de Controle de Custos dos Programas, a serem financiados com recursos do orçamento, deverão ser elaborados Projetos Executivos detalhando a estrutura de custos em cronograma de execução físico-financeira e cronograma de desembolso.

§4º Os Cronogramas de que trata o parágrafo anterior constituem os instrumentos de avaliação e controle da execução física e financeira, dos programas previstos na Lei do Plano Plurianual – PPA.

Art. 10 A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I – Análise da situação socioeconômica do município e financeira da administração pública municipal, com indicação das perspectivas para 2024 e suas implicações sobre a proposta orçamentária.

II – Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa.

III – Demonstrativo da receita, segundo a origem dos recursos do orçamento fiscal e da seguridade social.

IV – Demonstrativo da aplicação de recursos na saúde e na educação, conforme determinam art. 198, II, §2º e o Art. 212 da Constituição Federal de 1988.

§1º O Poder Executivo disponibilizará até quinze dias após o encaminhamento do projeto de lei orçamentária, podendo ser por meios eletrônicos, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

I – Os recursos destinados a universalizar o ensino fundamental, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no art. 60 da ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº53 de 2006, detalhando fontes e valores por categoria de programação.

II – A despesa com pessoal e encargos sociais, por poder, órgão e totais, executadas nos últimos três anos, a execução provável em 2023 e o programado para 2024, com a indicação da representatividade percentual do total e por poder em relação à Receita Corrente Líquida, tal como definida na Lei Complementar nº101 de 2000.

III – A evolução da receita nos três últimos anos, a execução provável para 2023 e a estimada para 2024.

IV – O demonstrativo da receita nos termos da art.12 da Lei Complementar nº101 de 2000, destacando-se os principais itens de:

- a) Impostos
- b) Contribuição social
- c) Taxas
- d) Concessões e permissões

V – A relação das ações que constituem despesas obrigatórias de caráter continuado, de que trata o art. 17 da Lei Complementar nº101 de 2000.

§2º Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.

§3º O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal os projetos de lei orçamentária e dos créditos adicionais, sempre que possível, em meio eletrônico com sua despesa por setor e discriminada, no caso do projeto de lei orçamentária, por elementos de despesa.

Art. 11 Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, até 15 de agosto de 2023, suas respectivas propostas orçamentárias, observado os parâmetros e diretrizes estabelecidas nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 12 Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

Art. 13 Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a criação e alteração da modalidade de aplicação, nos procedimentos orçamentários, técnicos e contábeis em atendimento à legislação vigente.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 14 A elaboração do projeto, a aprovação e execução da Lei Orçamentária de 2024 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transferência da gestão fiscal, observando o princípio da publicidade, permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo único. A elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2023 deverá observar os parâmetros adotados no Plano Plurianual – PPA.

Art.15 No projeto de Lei Orçamentária Anual, as receitas e despesas serão orçados segundo os preços vigentes no mês de junho de 2023.

§1º Os valores expressos na forma deste artigo poderão ser corrigidos na Lei Orçamentária de 2024 segundo a variação de preços, observada no período compreendido entre os meses de agosto a dezembro de 2023.

§2º A aplicação da correção prevista no §1º deste artigo será efetuada através de ato do Chefe do Poder Executivo, explicitando o índice oficial adotado.

Art. 16 O Projeto de Lei Orçamentária Anual, incluirá dispositivo autorizando o Poder Executivo a atualizar periodicamente, durante a execução orçamentária, os saldos das dotações orçamentárias, mediante a utilização de índice relativo a preços.

§1º O Poder Executivo poderá valer-se da utilização de créditos adicionais, nos termos da Constituição Estadual e Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município e da Lei nº4.320/64, destinados a reforçar verbas já previstas no orçamento anual, porém insuficientes para satisfazer as reais necessidades de consumo, obra ou serviços públicos, para atender as despesas não contempladas no orçamento anual e para atender as despesas imprevisíveis ou urgentes, até o valor correspondente à soma dos orçamentos fiscal e da seguridade social, respeitando sempre o teto previsto no anexo de fontes de financiamento do Plano Plurianual – PPA 2022/2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

§2º O Poder Executivo poderá formalizar, por meio de Portaria, as seguintes alterações na Lei Orçamentária para 2024.

I – Na modalidade de aplicação

II – Na modalidade de aplicação e no elemento de despesa, quando atrelado um ao outro.

§3º O Poder Executivo e Legislativo estão autorizados a realizar remanejamento de dotações orçamentárias entre projetos e atividades, devendo indicar obrigatoriamente:

I – Quando o remanejamento proposto se referir a um único programa.

a) A redução e o acréscimo dos respectivos produtos dos projetos e/ou atividade, tendo em vista o alcance dos objetivos previstos e;

b) A pertinência com os objetivos do projeto ou atividade suplementados;

Art. 16 O Projeto de Lei Orçamentária Anual, incluirá dispositivo autorizando o Poder Executivo a atualizar periodicamente, durante a execução orçamentária, os saldos das dotações orçamentárias, mediante a utilização de índice relativo a preços.

§1º O Poder Executivo poderá valer-se da utilização de créditos adicionais, nos termos das Constituições Federal e Estadual, da Lei Orgânica do Município e da Lei nº 4.320/64, destinados a reforçar verbas já prevista no orçamento anual, porém insuficientes para satisfazer as reais necessidades de consumo, obra ou serviços públicos, para atender as despesas não contempladas no orçamento anual e para atender as despesas não contempladas no orçamento anual e para atender as despesas imprevisíveis ou urgentes, até o valor correspondente à soma dos orçamentos fiscal e da seguridade social, respeitando sempre o teto previsto no anexo de fontes de financiamento do Plano Plurianual – PPA 2022/2025.

§2º O Poder Executivo poderá formalizar, por meio de Portaria, as seguintes alterações na Lei Orçamentária para 2024.

I – Na modalidade de aplicação.

II – Na modalidade de aplicação e no elemento de despesa, quando atrelado um ao outro.

§3º O Poder Executivo e Legislativo estão autorizados a realizar remanejamento de dotações orçamentárias entre projetos e atividade, devendo indicar obrigatoriamente:

I – Quando o remanejamento proposto se referir a um único programa.

a) A redução e o acréscimo dos respectivos produtos dos projetos e/ou atividade, tendo em vista o alcance dos objetivos previstos e;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

b) A pertinência com os objetivos do projeto ou atividade suplementados;
II – Quando envolver projetos e atividades de mais de um programa, além do disposto nas alíneas “a” e “b” do inciso I, deve ainda explicitar o impacto da solicitação sobre os objetivos de cada um dos programas.

§4º O Poder Executivo poderá, no decorrer do exercício de 2024, mediante Decreto, fazer alterações na estrutura administrativa e organizacional do município, podendo criar e/ou extinguir secretarias, autarquias, fundo especial e demais órgãos, bem como alterar a sua estrutura interna, promovendo a desconcentração e/ou descentralização.

Art. 17 O projeto de lei orçamentária anual autorizará o Poder Executivo, nos termos da Constituição Federal 1988 e da Lei nº 4.320/1964:

I – Suplementar as dotações orçamentárias de atividades, projetos, programa e atividades especiais, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da receita prevista para o exercício de 2024, adotando como fonte de recursos os definidos no art. 43, §1º da Lei.

a) Para atender a insuficiência de dotações orçamentárias, com recursos resultantes do excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, §1º, II da Lei.

b) Utilizando como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2023, nos termos do art. 43, §1º, I da Lei.

II – Abrir créditos adicionais suplementares pela totalidade do valor do seu excesso de arrecadação, às dotações referentes:

a) Recursos provenientes do Sistema Único de Saúde – SUS e suas aplicações financeiras.

b) Recursos provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e suas aplicações financeiras.

c) Recursos provenientes do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS e de suas aplicações financeiras.

d) Receitas resultantes de imposto vinculados à educação e a saúde.

e) Recursos provenientes de Convênio com a União e seus órgãos da administração direta e indireta.

f) Recursos provenientes de Convênio com o Estado e seus órgãos da administração direta e indireta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

g) Recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

III – Abrir crédito adicional suplementar, mediante o remanejamento parcial ou total de recursos inter e intra grupos de contas, no âmbito de cada projeto ou atividade a que pertencem.

IV – Abrir crédito adicional suplementar para atendimento de despesas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, mediante a utilização de recursos provenientes da reserva de contingência.

Parágrafo único. Não onerarão o limite previsto no inciso I deste artigo, os créditos:

I – Destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias, relativas a inativos e pensionistas, honras de aval, serviços da dívida pública, despesas de exercícios anteriores e despesas à conta de recursos vinculados.

II – Abertos mediante a utilização de recursos na forma prevista no art. 43, §1, III da Lei.

Art. 18 Havendo alteração, por ato da esfera federal, nos códigos da classificação da receita e da despesa, fica o Poder Executivo autorizado a compatibilizar os códigos dos orçamentos vigentes.

Parágrafo único. A compatibilização da codificação prevista neste artigo será efetuada através de ato do Poder Executivo.

Art. 19 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 20 Na programação da despesa não poderá ser:

I – Fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instruídas as unidades executoras.

II – Incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária.

III – Incluídas despesas a título de investimentos – Regime de Execução Especial, ressalvadas os casos de calamidade pública formalmente reconhecida, na forma do art. 167, §3º da Constituição Federal de 1988.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

Art. 21 Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, observados o disposto no art. 45 da lei complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos:

I – Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento.

II – Os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou obtenção de uma unidade completa.

Parágrafo único. Para fins de aplicação do disposto neste artigo, não serão considerados projetos com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores e serão entendidos como projetos ou subtítulos de projetos em andamento aqueles cuja execução financeira até 30 de junho de 2023, ultrapassar 20% (vinte por cento) do custo total.

Art. 22 Fica o Poder Executivo autorizado a através de decreto:

I – Transpor, remanejar, transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do art.167, VI da Constituição Federal de 1988.

Parágrafo único. Na transposição, remanejamento ou transferência que trata o art. 17, I poderá haver ajuste na categoria de programação inclusive com a inclusão de elementos de despesas.

Art. 23 Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos, externos e para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades, exceto se comprovado documentalmente erro na alocação desses recursos.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo a destinação, mediante a abertura de crédito adicional, com prévia autorização legislativa, de recursos de contrapartida para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade de sua aplicação original.

CAPÍTULO V

DAS TRANSFERÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 24 É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições, auxílios e subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que atendam diretamente ao público, de forma gratuita, nas áreas de Assistência Social, educação e saúde.

§1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, as entidades privadas sem fins lucrativos deverão obedecer ao disposto na legislação vigente na época.

§2º É vedada, ainda a inclusão de dotação global a título de subvenções sociais ou auxílio, destinados a cultos religiosos, nos termos do art. 19 da Constituição Federal de 1988.

§3º As transferências de recursos às entidades do 3º setor – Organização da Sociedade Civil, serão efetuados obedecendo ao disposto na Lei Federal nº 13.019/2014, que disciplina os repasses de recursos entre administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de cooperação, para execução de finalidades de interesse público. Os repasses de recursos serão efetivados por termos de colaboração, fomento ou termos afins, conforme determina o art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993, exigência do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 25 As parcerias firmadas entre a administração pública e as entidades privadas sem fins que demande transferências de recurso, utilizarão os instrumentos de Termo de Colaboração para as parcerias propostas pela administração pública e o Termo de Fomento quando proposta pela entidade privada. Para parcerias que não envolva transferência de recursos o instrumento utilizado e Acordo de Cooperação, devendo ser observada as condições impostas pela Lei Federal nº 13.019/2014, voluntárias envolvendo ou não transferências de recursos financeiros deverão observar as condições e exigências da Lei Federal nº 13.019/2014 e da Lei nº 13.204/2015.

Parágrafo único. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão ainda de:

I – Autorização por lei específica, conforme determina o art. 26 da Lei nº 101/2000 – Lei de responsabilidade fiscal.

II – Publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusulas de reversão no caso de desvio de finalidade.

III – Destinação dos recursos exclusivamente para ampliação, aquisição de equipamentos e sua instalação, e de material permanente.

IV – Identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

Art. 26 Para fins do disposto nos artigos 24 e 25, entende-se por:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

I – Contribuições: dotações destinadas a atender despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens e serviços, e não sejam reembolsadas pelo beneficiado, bem como as destinadas a atender outras entidades de direito público ou privado, observadas, respectivamente, o disposto nos artigos 25 e 26 da Lei Complementar nº101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

II – Subvenções sociais: dotações destinadas a atender despesas de instituições privadas sem fins lucrativos, de caráter educacional, cultural ou assistência, inclusive as de assistência à saúde e à segurança alimentar.

III – Auxílios: dotações destinadas a atender despesas de investimentos e inversões financeiras de outras esferas de governo ou de entidades privadas sem fins lucrativos.

Art. 27 A administração pública municipal fica autorizada a destinar recursos para diretamente ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas, comprovadamente carentes, por meio de outros auxílios financeiros a pessoas ou material de distribuição gratuita, conforme legislação vigente na época do repasse.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo entende-se por:

I – Auxílio financeiro a pessoas físicas: dotações destinadas a atender despesas de concessão de auxílio financeiro diretamente a pessoa física, sob diferentes modalidades, como ajuda ou apoio financeiro e subsídio ou complementação na aquisição de bens.

II – Material de distribuição gratuita: dotações destinadas a atender despesas com aquisição de materiais de distribuição gratuita, tais como material didático, inclusive livros, gêneros alimentícios, materiais de construção e outros materiais ou bens que possam ser distribuídos gratuitamente, exceto os destinados a premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras.

CAPÍTULO VI

DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES E ESPECIAIS

Art. 28 Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária.

§1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades e dos projetos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

§2º Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária serão submetidos pelo dirigente do órgão o Prefeito Municipal, acompanhado de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos e respectivos subtítulos atingidos e das correspondentes metas.

§3º Até trinta dias após a assinatura dos decretos de que trata o §2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal cópia dos respectivos decretos e respectivas exposições de motivos.

§4º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§5º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados à Câmara Municipal por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§6º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§1º e 2º deste artigo, conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 7º desta lei.

Art. 29 As receitas próprias da administração pública indireta, bem como das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e demais órgãos que recebam os recursos financeiros à conta do orçamento do Município, serão programadas para atender à seguinte ordem de prioridades.

- a) Pessoal
- b) Encargos sociais
- c) Juros
- d) Encargos e amortização da dívida
- e) Contrapartida de financiamento
- f) Investimentos prioritários e outros de sua manutenção

Art. 30 A proposta orçamentária do Poder Legislativo deverá obedecer ao limite imposto pelo art. 29-A da Constituição Federal de 1988.

Art. 31 As emendas ao projeto de lei orçamentária, que visem a:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

I – Alterar a dotação solicitada para despesas de custeio, salvo quando provada, nesse ponto a inexatidão da proposta.

II – Que não estejam compatíveis com o Plano Plurianual – PPA

III – Conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes.

IV – Conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviços que não esteja anteriormente criado.

V – Conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resoluções do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.

Art. 33 As despesas do município com a manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências resultantes de impostos, conforme determina o art. 212 da Constituição Federal de 1988.

Art. 34 Deverá constar nos orçamentos fiscais e da seguridade social, dotação global sob a denominação de “Reserva de Contingência”, que será utilizada conforme estabelecido no art. 5º, III, “b” da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º A Reserva de Contingência participará em até 3% (três por cento) do total da receita corrente líquida e será utilizada como fonte compensatória para abertura de créditos adicionais e conforme o estabelecido no art. 5º, III, “b” da Lei Complementar nº 101/2000.

§2º Durante a execução orçamentária, na medida em que a situação posta no anexo de risco, apresente a condição de risco ao equilíbrio das contas públicas, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar o valor da Reserva de Contingência para investimentos.

Art. 35 Verificada ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, previstas no Anexo de metas fiscais, os Poderes Executivo e Legislativo promoverão, por ato próprio, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, observando a proporcionalidade de participação de cada um na receita orçamentária líquida:

I – O comportamento dos recursos legalmente vinculados a finalidade específica.

II – O comportamento dos limites dos gastos com pessoal e encargos sociais.

III – As contrapartidas municipais a convênios firmados



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

IV – E a garantia do cumprimento das despesas:

- a) Com manutenção da máquina administrativa municipal
- b) Correntes obrigatórias de caráter continuado
- c) E decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado.

Art. 36 A criação, a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental do município que acarrete aumento de despesas fica condicionado:

I – A apresentação de declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibiliza-se com o Plano Plurianual 2022/2025 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2024.

II – A indicação da origem dos recursos para seu custeio e da estimativa prevista no art. 16, I da Lei Complementar nº101/2000.

III – A não afetação das metas fiscais, conforme estabelece o art.17, §2 da Lei Complementar nº101/2000.

Art. 37 Para assegurar a aferição dos valores, constitucionalmente, destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, as ações e serviços públicos de saúde, o Poder Legislativo comunicará, no mês de competência, os valores referentes ao imposto de renda na fonte.

Art. 38 Observados os limites globais de empenho e a suficiência de disponibilidade de caixa serão inscritos em restos a pagar:

I – Despesas legalmente empenhadas e liquidadas

II – Despesas empenhadas e não liquidadas que correspondam a compromissos efetivamente assumidos em virtude de:

- a) Normas legais e contratos administrativos.
- b) Convênio, ajuste, acordo ou congênere, com outro ente da federação, já assinado, publicado e em andamento.

Parágrafo único. Considera-se em andamento o convênio, ajuste, acordo ou congênere cujo objeto esteja sendo alcançado no todo ou em parte.

CAPÍTULO VII **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

Art. 39 No exercício de 2023, as despesas com pessoal ativo, inativos e pensionistas do município, observarão o limite estabelecido no art.19, III, art. 20, § único e art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

§1º O Poder legislativo observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato próprio do Presidente da Câmara.

§2º A repartição do limite global não excederá os seguintes percentuais:

I – Poder Executivo – 54%

II – Poder Legislativo – 6%

§3º No exercício de 2024, em observação ao disposto nos arts. 37 e 169 da Constituição Federal de 1988, somente poderão ser contratados servidores públicos se for:

I – Mediante concurso público

II – Observando os limites previstos no caput deste artigo.

§4º Excetua-se do disposto no parágrafo anterior, as nomeações para cargos em comissão, que serão de livre nomeação e exoneração, bem como a contratação por tempo determinado, de pessoal técnico especializado, a fim de atender necessidades temporárias da administração.

§5º Fica o Poder Executivo autorizado a criar cargos de provimento efetivo ou alterar a estrutura de carreira, bem como admitir pessoal, observando o disposto no caput deste artigo, em seus parágrafos e incisos.

§6º Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, §1º, II, ficam autorizadas as concessões de quais vantagens, correção e/ou atualização dos salários dos servidores municipais, desde que obedeçam a exigências impostas no art. 40, nos seus incisos e parágrafos, limites e o montante de gastos com pessoal não ultrapasse os limites estabelecidos nos art. 19, III, e no art. 20, III, “a” e “b” da Lei Complementar nº101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal

§7º A verificação do cumprimento dos limites de gastos com pessoal, de que trata o artigo anterior em respeito ao disposto nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº101/2000, será feita no final de cada quadrimestre, conforme determina o art. 22 da lei supracitada.

§8º Se a despesa total com pessoal ultrapassar o limite estabelecido no art. 19 da Lei Complementar nº01/2000, serão adotadas as medidas que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº101/2000 e do art. 169, §§3º e 4/ da Constituição Federal de 1988.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS **GABINETE DO PREFEITO**

Art. 40 Se durante o exercício de 2023 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o art. 22, §único da Lei Complementar nº101/2000, o pagamento da realização de serviços extraordinários ou horas extras somente poderá ocorrer quando destinadas ao atendimento de relevantes interesses públicos, que enseje situações emergenciais de riscos ou de prejuízos para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para realização de serviços extraordinários, para atender as situações previstas no caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e do Poder Legislativo do Presidente da Câmara Municipal.

Art. 41 Para efeito de verificação do limite global de que trata o artigo anterior os Poderes Executivo e Legislativo realizarão, conjuntamente, a compatibilização de suas respectivas propostas orçamentárias, visando a consolidação total das despesas do município com pessoal.

Art. 42 O total da despesa com a remuneração dos Vereadores, não poderá ultrapassar a 5% (cinco por cento) da receita total do município, conforme determina o art. 29, VII da Constituição Federal de 1988.

CAPÍTULO VIII **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO**

Art. 43 O poder Executivo poderá encaminhar a Câmara Municipal, até dois meses antes do encerramento do exercício financeiro, projeto de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, objetivando a expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias e melhoramento na administração da Dívida Ativa, dentre as quais:

- I – Aperfeiçoamento do sistema de informação, tramitação e julgamento dos processos tributários administrativos, visando racionalização, simplificação e agilização.
- II – Aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando sua maior exatidão.
- III – Aperfeiçoamento dos processos tributários administrativos por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles interno e a eficiência na prestação dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

IV – Aplicação das penalidades fiscais como instrumentos inibitórios da prática de infração da legislação tributária.

Art. 44 A estimativa da receita que trata o art. 45, levará em consideração adicionalmente o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

I – Atualização da planta genérica de valores do município.

II – Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre imposto predial e territorial urbano – IPTU, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação a progressividade deste imposto.

III – Revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição com os limites da zona urbana municipal.

IV – Revisão da legislação referente ao imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN.

V – Revisão da legislação aplicável ao imposto sobre transmissão intervivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis – ITBI.

VI – Instituições de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição.

VII – Revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do Poder de Polícia.

VIII – Revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

IX – Eliminação de isenções de tributos concedidas pelo município, a beneficiários cujas situações atuais não justifiquem tais concessões.

X – A instituição de novos tributos ou modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Parágrafo único. A proposta de alteração da política tributária referida no caput deste artigo será acompanhada de exposição de motivos que detalhe as alterações pretendidas, especificando:

I – As alterações pretendidas e as classes ou categorias de beneficiários.

II – A metodologia para sua realização.

III – O impacto consequente sobre a receita do município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

IV – A programação especial da despesa condicionada ao incremento da receita resultante das alterações.

Art. 45 A concessão ou ampliação de incentivos, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, deverá estar acompanhada de estimativa do impacto nas finanças públicas municipais, assim como das medidas de compensação prevista na Lei Complementar nº101/2000.

§1º Caso as disposições do caput deste artigo tragam impacto orçamentário financeiro no mesmo exercício da concessão, só podem ser implementadas após a anulação de despesa em igual valor.

Art. 46 Terão prioridade para o acesso aos benefícios indicados no art. 45, projetos que apresentem capacidade de incrementar liquidamente a renda social do município ou introduzam inovações tecnológica.

CAPÍTULO IX **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 47 O projeto de lei orçamentária será devolvido pelo Poder Legislativo para sanção do Poder Executivo até o encerramento da sessão legislativa.

§1º No caso de o projeto de lei orçamentária anual não ter sido sancionado, promulgado e publicado até o dia 31 de dezembro de 2023, por não ter sido aprovado pela Câmara Municipal até o final da sessão legislativa, fica autorizada a execução da proposta orçamentária, originalmente encaminhada a Câmara Municipal, observando-se os seguintes limites:

I – No limite para cobertura de despesas de pessoal e encargos sociais, pagamento de benefícios da previdência social, serviços da dívida, débitos precatórios, obras em andamento, contratos de serviços e contrapartida municipais.

II – 1/12 (um doze avos) dos demais grupos de despesas e

III – Até o limite de sua efetiva arrecadação as despesas financiadas com receitas vinculadas e de operações oficiais de crédito.

§2º O procedimento previsto neste parágrafo poderá ser utilizado até o mês da publicação dos quadros orçamentários consolidados a que se refere o art. 10, III desta lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

§3º Saldos negativos, eventualmente apurados, em virtude dos procedimentos previstos no §1º deste artigo, serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária, através da abertura de créditos adicionais, com base em remanejamentos de dotações.

Art. 48 Na hipótese de insuficiência de receita para atender as dotações afixadas na lei orçamentária anual e suas alterações, fica o Poder Executivo autorizado a compatibilizar a despesa com a receita, mediante ajustes que preservem a mesma proporção aprovada para cada poder.

Art. 49 A abertura de créditos suplementares e especiais, serão autorizados por lei e aberto por decreto do executivo e extraordinários, abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo, conforme disposto nos arts. 42 e 44 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 50 No caso da ocorrência de despesas resultantes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que demandem alterações orçamentárias, aplicam-se as disposições do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Para fins do disposto no art.16, §3º da Lei Complementar nº101/2000, são consideradas como irrelevantes as despesas de valor de até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de aquisição de bens e serviços, e de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

Art. 51 A lei orçamentária conterá autorização para abertura de créditos suplementares, conforme disposto no art. 7º, I da Lei 4.320/1964.

Art. 52 A proposição de dispositivo legal para a criação de órgãos, fundos, programas especiais ou similares, vinculando a receita ou originando nova despesa, deverá, obrigatoriamente, atender o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº101/2000.

Art. 53 Todas as receitas realizadas pelos órgãos municipais, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no caixa único da Prefeitura no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 54 Serão vedados quaisquer procedimentos de dirigentes de órgãos municipais ordenadores de despesas que impliquem realização de despesa sem a comprovada suficiência da disponibilidade orçamentária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira efetivamente ocorrido, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 55 Caso seja necessário à limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo e aos demais órgãos municipais o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 56 Para fins de acompanhamento e controle, os órgãos da administração pública municipal, direta e indireta, submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Assessoria Jurídica do Município, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

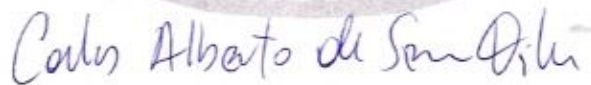
Art. 57 As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais a qualquer título, submeter-se-ão a fiscalização do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas dos Municípios, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 58 Em relação aos projetos/e ou convênios que exijam contrapartida, serão disponibilizados do tesouro municipal no máximo 10% (dez por cento) do valor pactuado.

Art. 59 As despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial dos poderes Executivo e Legislativo, não poderão exceder a 1 % (um por cento) do orçamento.

Art. 60 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salinópolis - Pará, em 24 de abril de 2023


CARLOS ALBERTO DE SENA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I - METAS ANUAIS
2024

AMF – Demonstrativo 1 (LRF, art.4º, § 1º) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2024			2025			2026					
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total	192.335.507,98	194.742.587,61	0,07	101,38	208.476.336,00	209.650.949,85	0,08	101,57	227.608.678,85	218.854.498,90	0,06	101,46
Receitas Primárias (I)	192.008.413,80	194.428.408,30	0,07	101,21	208.123.075,19	206.310.948,21	0,08	101,40	227.223.623,60	218.484.253,47	0,06	101,29
Receitas Primárias Correntes	127.450.109,09	122.418.701,07	0,05	67,18	205.917.458,42	199.188.121,67	0,08	100,32	224.813.451,32	216.166.780,11	0,06	100,22
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	37.149.414,78	35.682.848,65	0,01	18,58	40.864.356,25	39.330.468,00	0,02	19,91	44.905.569,90	43.178.432,65	0,02	20,02
Transferências Correntes	82.902.868,95	79.630.169,00	0,03	43,70	157.063.568,12	151.168.005,89	0,06	78,52	171.199.278,36	164.614.680,73	0,06	78,32
Demais Receitas Primárias Correntes	7.397.725,98	7.105.682,41	0,00	3,90	7.989.544,04	7.689.647,78	0,00	3,89	8.708.603,00	8.373.656,73	0,00	3,88
Receitas Primárias de Capital	10.103.824,76	9.704.851,27	0,00	5,33	10.923.130,75	10.513.119,10	0,00	5,32	11.912.262,51	11.454.098,57	0,00	5,31
Despesa Total	192.335.507,98	194.742.587,61	0,07	101,38	207.722.348,59	199.925.263,32	0,08	101,20	226.417.359,87	217.708.999,97	0,08	100,93
Despesas Primárias (II)	197.570.827,87	198.771.250,40	0,08	104,14	213.376.484,21	205.367.174,41	0,08	103,96	232.590.378,69	223.634.979,51	0,09	103,68
Despesas Primárias Correntes	152.965.780,72	146.946.288,27	0,06	80,64	165.224.643,17	159.022.755,70	0,06	80,50	180.094.861,96	173.168.135,63	0,06	80,28
Pessoal e Encargos Sociais	86.219.255,78	82.815.537,18	0,03	45,45	93.116.796,22	89.821.555,55	0,03	45,37	101.497.307,86	97.593.965,27	0,04	45,25
Outras despesas Correntes	66.796.524,96	64.130.751,09	0,03	35,19	72.107.646,95	69.401.200,15	0,03	35,13	78.997.553,18	75.574.670,36	0,03	35,04
Despesas Primárias de Capital	38.359.727,24	36.845.982,04	0,01	20,22	41.228.505,42	39.873.441,21	0,02	20,18	45.157.070,91	43.420.260,49	0,02	20,13
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	6.275.320,02	5.978.960,10	0,00	3,26	6.723.345,62	6.470.977,48	0,00	3,28	7.328.448,72	7.046.683,39	0,00	3,27
Resultado Primário (SEM RPPS) – Acima da linha (II) = (I – II)	(5.562.414,18)	(5.342.824,11)	(0,00)	(2,93)	(6.253.419,02)	(5.056.226,20)	(0,00)	(2,56)	(5.356.755,09)	(5.150.726,04)	(0,00)	(2,39)
Dívida Pública Consolidada (DC)	82.879.164,25	79.607.604,05	0,03	43,86	89.509.497,39	86.149.690,62	0,03	43,61	97.565.352,15	93.812.838,61	0,03	43,48
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	63.152.644,61	60.658.537,61	0,02	33,29	63.152.644,61	60.782.141,11	0,02	30,77	50.491.174,67	48.549.206,61	0,02	22,51
Resultado Nominal (SEM RPPS) – Abaixo da linha	(5.741.149,51)	(5.514.503,42)	(0,00)	(3,03)	(5.052.211,57)	(4.862.517,29)	(0,00)	(2,46)	(6.138.437,96)	(5.902.343,32)	(0,00)	(2,74)

Fonte: FADESPA/Relatórios da LRF

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2024

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	
Receita Total	106.896.320,00	129.417.131,35	21,07	174.850.461,78	35,11	192.335.507,96	10,00	208.476.336,89	8,39	227.608.678,85	9,18	
Receitas Primárias (I)	106.499.935,97	127.343.183,46	19,57	174.553.103,45	37,07	192.008.413,80	10,00	208.123.075,19	8,39	227.223.623,90	9,18	
Despesa Total	103.713.656,28	127.731.542,29	23,16	174.850.461,78	36,99	192.335.507,96	10,00	207.722.348,59	8,00	226.417.359,97	9,00	
Despesas Primárias (II)	103.376.734,63	129.677.671,40	25,44	179.609.843,61	39,50	197.570.827,97	10,00	213.376.494,21	8,00	232.580.378,69	9,00	
Resultado Primário (SEM RPPS) Acima da Linha (III) = (I - II)	3.123.201,34	(2.334.487,94)	(174,75)	(5.056.740,16)	116,61	(5.562.414,18)	10,00	(5.253.419,02)	(5,56)	(5.356.755,09)	1,97	
Dívida Pública Consolidada (DC)	39.863.697,33	37.961.822,03	(4,77)	75.344.694,77	98,37	82.879.164,25	10,00	89.599.497,39	8,00	97.565.352,15	9,00	
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	48.127.790,24	50.491.174,87	4,91	57.411.495,10	13,71	63.152.644,61	10,00	68.204.855,18	8,00	74.343.293,23	9,00	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	1.215.677,52	(1.461.484,63)	(220,22)	(6.920.320,23)	373,51	(5.741.149,51)	(17,04)	(5.052.211,57)		(6.138.437,06)		

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	
Receita Total	97.125.495,18	121.109.050,49	24,09	165.031.110,69	36,27	184.742.567,61	11,94	200.650.949,85	8,61	218.654.498,90	9,07	
Receitas Primárias (I)	96.765.342,51	119.169.242,06	23,15	164.750.451,58	38,25	184.428.406,30	11,94	200.310.948,21	8,61	218.484.253,47	9,07	
Despesas Total	94.233.741,85	119.531.669,75	26,85	165.031.110,69	39,06	184.742.567,61	11,94	199.925.263,32	8,22	217.706.999,97	8,90	
Despesas Primárias (II)	93.927.616,42	121.352.864,87	29,20	169.523.212,47	39,69	189.771.230,40	11,94	205.367.174,41	8,22	223.634.979,51	8,90	
Resultado Primário (SEM RPPS) Acima da Linha (III) = (I - II)	2.837.726,69	(2.184.622,81)	(176,98)	(4.772.760,89)	118,47	(5.342.824,11)	11,94	(5.056.226,20)	(5,36)	(5.150.726,04)	1,87	
Dívida Pública Consolidada (DC)	36.239.140,41	35.543.535,50	(1,92)	71.113.444,80	100,07	79.607.304,05	11,94	86.149.660,62	8,22	93.812.838,61	8,90	
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	43.728.684,57	47.249.836,11	8,05	54.187.347,90	14,68	60.659.537,61	11,94	65.644.712,40	8,22	71.483.935,80	8,90	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	1.104.558,90	(1.367.662,95)		(6.531.694,97)		(5.514.503,42)		(4.862.571,29)		(5.902.343,32)		

Fonte: FADESPA/Relatórios da LRF

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2024

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)		R\$ 1,00			
	2022	%	2021	2020	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Patrimônio/Capital	49.837.569,40	100,00	41.384.409,26	37.676.754,75	100,00
Reservas	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-
TOTAL	49.837.569,40	100,00	41.384.409,26	37.676.754,75	100,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	2020	%
Patrimônio	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

Fonte: FADESPA/Relatórios da LRF

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2024

R\$ 1,00

	2022	2021	2020
RECEITAS REALIZADAS			
RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	2.073.947,89	396.384,03	177.557,56
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	35.000,00
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.073.947,89	396.384,03	142.557,56
DESPESAS EXECUTADAS			
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	2.073.947,89	396.384,03	177.557,56
DESPESAS DE CAPITAL	2.073.947,89	396.384,03	177.557,56
Investimentos	2.073.947,89	396.384,03	177.557,56
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS DECORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2022	2021	2020
VALOR (III)	-	-	-

Fonte: FADESPA/ Relatórios da LRF

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
2024

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ milhares

EXERCÍCIO	Receitas	Despesas	Resultado	Saldo Financeiro do Exercício
	Previdenciárias	Previdenciárias	Previdenciário	
	(a)	(b)	(c) = (a - b)	(d) = (d Exercício anterior) + c
2022				
2023			0,00	0,00
2024			0,00	0,00
2025			0,00	0,00
2026			0,00	0,00
2027			0,00	0,00
2028			0,00	0,00
2029			0,00	0,00
2030			0,00	0,00
2031			0,00	0,00
2032			0,00	0,00
2033			0,00	0,00
2034			0,00	0,00
2035			0,00	0,00
2036			0,00	0,00
2037			0,00	0,00
2038			0,00	0,00
2039			0,00	0,00
2040			0,00	0,00
2041			0,00	0,00
2042			0,00	0,00
2043			0,00	0,00
2044			0,00	0,00
2045			0,00	0,00
2046			0,00	0,00
2047			0,00	0,00
2048			0,00	0,00
2049			0,00	0,00
2050			0,00	0,00
2051			0,00	0,00
2052			0,00	0,00
2053			0,00	0,00
2054			0,00	0,00
2055			0,00	0,00
2056			0,00	0,00
2057			0,00	0,00
2058			0,00	0,00
2059			0,00	0,00
2060			0,00	0,00
2061			0,00	0,00
2062			0,00	0,00
2063			0,00	0,00
2064			0,00	0,00
2065			0,00	0,00
2066			0,00	0,00
2067			0,00	0,00
2068			0,00	0,00
2069			0,00	0,00
2070			0,00	0,00
2071			0,00	0,00
2072			0,00	0,00
2073			0,00	0,00
2074			0,00	0,00
2075			0,00	0,00
2076			0,00	0,00
2077			0,00	0,00
2078			0,00	0,00
2079			0,00	0,00
2080			0,00	0,00
2081			0,00	0,00
2082			0,00	0,00
2083			0,00	0,00
2084			0,00	0,00
2085			0,00	0,00
2086			0,00	0,00
2087			0,00	0,00
2088			0,00	0,00
2089			0,00	0,00
2090			0,00	0,00
2091			0,00	0,00
2092			0,00	0,00
2093			0,00	0,00
2094			0,00	0,00
2095			0,00	0,00
2096			0,00	0,00

Fonte:

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS				
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2020	2021	2022	
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	
Recetta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	
Recetta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual de RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - e)	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2020	2021	2022	
Benefícios	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária de RPPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS (V) FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2020	2021	2022	
VALOR	0,00	0,00	0,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2020	2021	2022	
VALOR	0,00	0,00	0,00	
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2020	2021	2022	
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	
BENS E DIREITOS DO RPPS	2020	2021	2022	
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00	
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00	
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2020	2021	2022	
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00	0,00	
Recetta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	
Recetta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2020	2021	2022	
Benefícios	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00	
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2020	2021	2022	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2020	2021	2022	
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00	
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00	
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS				
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2020	2021	2022	
Recetas Correntes				
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2020	2021	2022	
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	0,00	0,00	0,00	
BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2020	2021	2022	
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00	
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00	
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2020	2021	2022	
Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	
Demais Recetas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2020	2021	2022	
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)	0,00	0,00	0,00	

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2024

R\$ 1,00

TRIBUTOC	MODALIDADE	SETORES / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DA RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2024	2025	2026	
ISSQN	DESCONTO	JUROS E MULTAS	20.000,00	30.000,00	40.000,00	RENUNCIA CONSIDERADA NA ESTIMATIVA DA RECEITA, NÃO AFETANDO A META FISCAL
IPTU	DESCONTO	JUROS E MULTAS	12.000,00	13.000,00	15.000,00	
ITBI	DESCONTO	JUROS E MULTAS	7.550,00	8.900,00	11.500,00	
TAXAS MOBILIARIAS	DESCONTO	JUROS E MULTAS	4.000,00	5.000,00	6.000,00	
TOTAL			43.550,00	56.900,00	72.500,00	

Fonte:

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2024

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

EVENTO	VALOR PREVISTO 2024
Aumento Permanente da Receita	12.500.000,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	12.500.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	5.450.000,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	17.950.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	6.050.000,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	6.050.000,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	11.900.000,00
Fonte: Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN	

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ANEXO - RISCOS FISCAIS
2024

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	381.674,16	Recursos Jurídicos no T/JPA	381.674,16
Dívidas em Processo de Reconhecimento	49.931.917,55	Ingresso de Informações na SRFB	49.931.917,55
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes	1.631.598,18	Recurso Administrativo na DRFB Julgamento	1.631.598,18
SUBTOTAL	51.945.189,89	SUBTOTAL	51.945.189,89
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais	6.218.938,85	Ingresso de Informações na SRFB	6.218.938,85
SUBTOTAL	6.218.938,85	SUBTOTAL	6.218.938,85
TOTAL	58.164.128,74	TOTAL	58.164.128,74

Fonte:

PREFEITURA										
ANO DE REFERENCIA 2024										
% VALOR CORRENTE	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024
	4,00%	5,00%	15,10%	10,00%	8,00%	9,00%				
INDICE INFLACIONARIO %	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024
	10,06	6,86	5,95	4,11	3,90	4,00				
VALOR CONSTANTE	1,10	1,07	1,06	1,04	1,04	1,04				
PROJEÇÃO PIB (Estadual)	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026					
	-	3,00%	4,00%	4,00%	5,00%					
	R\$ 233.534.784.000,00	R\$ 240.540.827.520,00	R\$ 250.162.460.620,80	R\$ 260.168.959.045,63	R\$ 273.177.406.997,91					

INSTITUTO DE PESQUISA FADESPA

METODOLOGIA DE CÁLCULO - Exemplos:

- 1 - % Valor Corrente:
 - 1.1 – O percentual projetado para o valor corrente tem por base o crescimento da receita municipal em cada Município.
- 2 -Valor constante:
 - 2.1 – Para se calcular o valor constante, utilizou-se um índice inflacionário com base no Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. A inflação informada para os anos 2023, 2024 e 2025 foi publicada no relatório Focus do Banco Central no dia 20/03/23.
 - 2.2 – Para se calcular de imediato o valor constante, transformamos os percentuais acima em índices, os quais foram calculados de acordo com as fórmulas demonstradas na 13ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (Portaria STN: nº 1.447/2022).
- 3 - PROJEÇÃO DO PIB (ESTADUAL):
 - 3.1 – A projeção do PIB estadual deve tomar por base dados oficiais de cada Estado.

OBS: Os campos na cor azul devem ser preenchidos, os demais são calculados, e qualquer dúvida sobre as informações a serem informadas nos demonstrativos devem ser tiradas através da 13ª Edição do

**TOTAL DE DESPESAS
2024**

R\$ 1,00

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Pagas		Previstas				
	2021	2022	2022	2023	2024	2025	2026
	DESPESAS CORRENTES (I)	98.348.662,15	109.863.032,02	95.414.837,68	139.147.982,47	153.062.780,72	165.307.803,17
Pessoal e Encargos Sociais	63.952.310,63	66.111.582,87	54.574.210,83	78.381.141,60	86.219.255,76	93.116.796,22	101.497.307,88
Juros e Encargos da Dívida	-	9.464,26	33.355,00	300.000,00	330.000,00	356.400,00	388.476,00
Outras Despesas Correntes	34.396.351,52	43.741.984,89	40.807.271,85	60.466.840,87	66.513.524,96	71.834.606,95	78.299.721,58
DESPESAS DE CAPITAL (II)	8.516.863,37	15.966.634,97	14.230.059,31	35.472.479,31	39.019.727,24	42.141.305,42	45.934.022,91
Investimentos	8.516.863,37	15.721.068,73	12.917.769,31	34.677.479,31	38.145.227,24	41.196.845,42	44.904.561,51
Inversões Financeiras	-	245.566,24	108.325,00	195.000,00	214.500,00	231.660,00	252.509,40
Concessão de empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de título de capital já integralizado	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de título de crédito	-	-	-	-	-	-	-
Demais inversões financeiras	-	245.566,24	108.325,00	195.000,00	214.500,00	231.660,00	252.509,40
Amortização da Dívida	-	-	1.203.965,00	600.000,00	660.000,00	712.800,00	776.952,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	220.691,00	230.000,00	253.000,00	273.240,00	297.831,60
TOTAL DESPESAS PAGAS DO EXERCÍCIO	106.865.525,52	125.829.666,99	109.865.587,99	174.850.461,78	192.335.507,96	207.722.348,59	226.417.359,97

Pagamento de Restos a Pagar (RP)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Pagas		Previstas				
	2021	2022	2022	2023	2024	2025	2026
	DESPESAS CORRENTES (I)	459.466,39	3.134.417,49	4.527.815,68	4.708.928,31	5.179.821,14	5.594.206,83
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.343.869,56	1.631.424,14	1.696.681,11	1.866.349,22	2.015.657,15	2.197.066,30
Juros e Encargos da Dívida (II)	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	459.466,39	3.134.417,49	2.896.391,54	3.012.247,20	3.313.471,92	3.578.549,68	3.900.619,15
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (III) = (I - II)	459.466,39	3.134.417,49	4.527.815,68	4.708.928,31	5.179.821,14	5.594.206,83	6.097.685,44
DESPESAS DE CAPITAL (IV)	538.498,93	723.051,18	913.897,62	950.453,52	1.045.498,88	1.129.138,79	1.230.761,28
Investimentos (V)	538.498,93	723.051,18	913.897,62	950.453,52	1.045.498,88	1.129.138,79	1.230.761,28
Inversões Financeiras (VI)	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de empréstimos e financiamentos (VII)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de título de capital já integralizado (VIII)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de título de crédito (IX)	-	-	-	-	-	-	-
Demais inversões financeiras (X)	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XI)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XII) = (IV - VII - VIII - IX - XI)	538.498,93	723.051,18	913.897,62	950.453,52	1.045.498,88	1.129.138,79	1.230.761,28
TOTAL DOS PAG. DE RP DE DESPESAS PRIMÁRIAS	997.965,32	3.857.468,67	5.441.713,30	5.659.381,83	6.225.320,02	6.723.345,62	7.328.446,72

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2024

PATRIMONIO LIQUIDO	2022	2021	2020
Patrimônio/Capital	49.837.569,40	41.384.409,26	37.676.754,75
Reservas	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMONIO LIQUIDO	2022	2021	2020
Patrimônio/Capital	-	-	-
Reservas	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS
OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2024**

EVENTO	VALOR PREVISTO 2024
Aumento Permanente da Receita	12.500.000,00
(-) Aumento Referente a Transferência Constitucionais	-
(-) Aumento Referente a Transferência do FUNDEB	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	12.500.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	5.450.000,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	17.950.000,00
Saldo Utilizado (IV)	6.050.000,00
Novas DOCC	-
Novas DOCC geradas por PPP	6.050.000,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	11.900.000,00

**METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2024**

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas em 2022	II - Metas Realizadas em 2022
I - Receita Total	109.829.324,17	129.417.131,35
II - Receitas Não-Financeiras	109.595.096,02	127.343.183,46
III - Despesas Total	109.865.587,99	127.731.542,29
IV - Despesas Não-Financeiras	114.069.981,29	129.677.671,40
V - Resultado Primário (II - IV)	(4.474.885,27)	(2.334.487,94)
VI - Resultado Nominal	(4.474.885,27)	(270.004,31)
VII - Dívida Pública Consolidada	40.785.597,33	37.981.822,03
VIII - Dívida Consolidada Líquida	49.029.690,24	50.491.174,87
VALOR DO PIB ESTADUAL	233.534.784.000,00	

**METAS FISCAIS DOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2024**

ESPECIFICAÇÃO	Corrente					
	Realizada	Prevista	Realizada	Prevista	Prevista	Prevista
	2021	2022	2022	2023	2024	2026
Receita Total	106.896.320,00	109.829.324,17	129.417.131,35	174.850.461,78	192.335.507,96	227.608.678,85
Receitas Primárias (I)	106.499.935,97	109.595.096,02	127.343.183,46	174.553.103,45	192.008.413,80	227.223.623,60
Despesas Total	103.713.656,28	109.865.587,99	127.731.542,29	174.850.461,78	192.335.507,96	226.417.359,97
Despesas Primárias (II)	103.376.734,63	114.069.981,29	129.677.671,40	179.609.843,61	197.570.827,97	232.580.378,69
Resultado Primário ACIMA DA LINHA (I - II)	3.123.201,34	(4.474.885,27)	(2.334.487,94)	(5.056.740,16)	(5.562.414,18)	(5.356.755,09)
Resultado Nominal ACIMA DA LINHA	3.492.044,09	(4.474.885,27)	(270.004,31)	(5.056.740,16)	(5.562.414,18)	(5.356.755,09)
Dívida Pública Consolidada	39.883.697,33	40.785.597,33	37.981.822,03	75.344.694,77	82.879.164,25	97.565.352,15
Dívida Consolidada Líquida	48.127.790,24	49.029.690,24	50.491.174,87	57.411.495,10	63.152.644,61	74.343.293,23
Resultado Nominal ABAIXO DA LINHA	1.215.677,52	(901.900,00)	(1.461.484,63)	(6.920.320,23)	(5.741.149,51)	(6.138.437,06)

ESPECIFICAÇÃO	Constante					
	Realizada	Prevista	Realizada	Prevista	Prevista	Prevista
	2021	2022	2022	2023	2024	2026
Receita Total	97.125.495,18	99.790.409,02	121.109.050,49	165.031.110,69	184.742.587,61	218.854.498,90
Receitas Primárias (I)	96.765.342,51	99.577.590,42	119.166.242,06	164.750.451,58	184.428.406,30	218.484.253,47
Despesas Total	94.233.741,85	99.823.358,16	119.531.669,75	165.031.110,69	184.742.587,61	217.708.999,97
Despesas Primárias (II)	93.927.616,42	103.643.450,20	121.352.864,87	169.523.212,47	189.771.230,40	223.634.979,51
Resultado Primário ACIMA DA LINHA (I - II)	2.837.726,09	(4.065.859,78)	(2.184.622,81)	(4.772.760,89)	(5.342.824,11)	(5.150.726,04)
Resultado Nominal ACIMA DA LINHA	3.172.854,89	(4.065.859,78)	(252.671,07)	(4.772.760,89)	(5.342.824,11)	(5.150.726,04)
Dívida Pública Consolidada	36.238.140,41	37.057.602,52	35.543.535,50	71.113.444,80	79.607.304,05	93.812.838,61
Dívida Consolidada Líquida	43.728.684,57	44.548.146,68	47.249.836,11	54.187.347,90	60.659.537,61	71.483.935,80
Resultado Nominal ABAIXO DA LINHA	1.104.558,90	(819.462,11)	(1.367.662,95)	(6.531.684,97)	(5.514.503,42)	(5.902.343,32)

META FISCAL - MONTANTE DA DÍVIDA
2024

ESPECIFICAÇÃO	Realizada	Realizada	Prevista	Realizada	Prevista	Prevista	Prevista	Prevista	Prevista
	2020	2021	2022	2022	2023	2024	2025	2026	
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	41.191.043,02	39.883.697,33	40.785.597,33	37.981.822,03	75.344.694,77	82.879.164,25	89.509.497,39	97.565.352,15	97.565.352,15
Dívida Mobiliária	41.191.043,02	39.883.697,33	40.785.597,33	37.981.822,03	75.344.694,77	82.879.164,25	89.509.497,39	97.565.352,15	97.565.352,15
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	(8.152.424,74)	(8.244.092,91)	(8.244.092,91)	(12.509.352,84)	17.933.199,67	19.726.519,64	21.304.641,21	23.222.058,92	23.222.058,92
Ativo Disponível	8.483.115,40	11.880.439,39	11.880.439,39	11.559.906,30	19.559.906,30	21.515.896,93	23.237.168,68	25.328.513,87	25.328.513,87
Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Proc.	16.635.540,14	20.124.532,30	20.124.532,30	16.267.063,63	1.626.706,63	1.789.377,29	1.932.527,48	2.106.454,95	2.106.454,95
(-) Depósitos restituíveis e valores vinc	-	-	-	7.802.195,51	-	-	-	-	-
DCL (III) = (I - II)	49.343.467,76	48.127.790,24	49.029.690,24	50.491.174,87	57.411.495,10	63.152.644,61	68.204.856,18	74.343.293,23	74.343.293,23
RESULTADO NOMINAL (ABAIXO DA LINHA)		1.215.677,52	-901.900,00	-1.461.484,63	-6.920.320,23	-5.741.149,51	-5.052.211,57	-6.138.437,06	-6.138.437,06

**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2024**

RECEITAS REALIZADAS	2022	2021	2020
Receitas de Capital - de Alienação de Ativos (I)	2.073.947,89	396.384,03	177.557,56
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis			35.000,00
Alienação de Bens Intangíveis			
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.073.947,89	396.384,03	142.557,56
DESPESAS LIQUIDADAS	2022	2021	2020
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	2.073.947,89	396.384,03	177.557,56
Despesas de Capital	2.073.947,89	396.384,03	177.557,56
Investimentos	2.073.947,89	396.384,03	177.557,56
Inversões Financeiras			
Amortização/Refinanciamento da Dívida			
DESPESAS FINANCEIRAS DO RPPS	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			

TOTAL DAS RECEITAS
2024

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÕES	Realizadas		Estimadas				
	2021	2022	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITAS CORRENTES	110.845.421,55	134.984.400,31	111.418.758,50	173.003.141,26	190.303.455,39	206.270.720,11	225.198.506,56
Receita Tributária	17.111.784,14	21.594.305,77	16.945.562,70	33.772.195,25	37.149.414,78	40.864.356,25	44.905.569,96
Impostos	14.959.073,50	18.038.786,03	14.571.318,92	30.034.846,47	33.038.331,12	36.342.164,23	39.976.380,65
Taxas	2.152.710,64	3.555.519,74	2.374.243,78	3.737.348,78	4.111.083,66	4.522.192,02	4.929.189,31
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições	2.985.977,16	3.539.951,10	5.449.933,34	5.600.000,00	6.160.000,00	6.652.800,00	7.251.552,00
Contribuições Sociais	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Demais contribuições	2.985.977,16	3.539.951,10	5.449.933,34	5.600.000,00	6.160.000,00	6.652.800,00	7.251.552,00
Receita Patrimonial	396.384,03	2.073.947,89	236.300,35	1.116.093,19	1.227.702,51	1.325.918,71	1.445.251,39
Aplicações Financeiras	396.384,03	2.073.947,89	234.228,15	297.358,33	327.094,16	353.261,70	385.055,25
Aplicações Financeiras de RPPS	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações Financeiras Diversas	396.384,03	2.073.947,89	-	297.358,33	327.094,16	353.261,70	385.055,25
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	2.072,20	818.734,86	900.608,35	972.657,01	1.060.196,14
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	128.205,43	100.000,00	11.397,20	215.956,08	237.551,69	256.555,82	279.645,85
Transferências Correntes	90.216.406,67	107.592.886,24	88.710.911,71	132.208.382,26	145.429.220,49	157.063.558,12	171.199.278,36
Cota-Parte do FPM	28.621.841,57	35.852.933,62	27.370.516,62	33.478.493,63	36.826.342,99	39.772.450,43	43.351.970,97
Cota-Parte do ICMS	8.547.196,48	9.496.181,96	9.073.465,54	13.315.983,77	14.647.582,15	15.819.388,72	17.243.133,70
Cota-Parte do IPVA	1.286.577,14	1.424.767,51	2.455.578,34	3.437.809,68	3.781.590,65	4.084.117,90	4.451.688,51
Cota-Parte do ITR	1.768,87	626,21	2.072,22	2.901,10	3.191,21	3.446,51	3.756,69
Transferências Ia LC 87/1996	-	149.163,66	10.361,08	-	-	-	-
Transferências Ia LC nº 61/1989	293.515,01	307.168,04	152.000,00	-	-	-	-
Transferências do FUNDEB	33.563.226,06	41.623.659,46	28.269.301,56	45.228.421,88	49.751.264,07	53.731.365,19	58.567.188,06
Outras Transferências Correntes	17.902.281,54	18.738.385,78	21.377.616,35	36.744.772,20	40.419.249,42	43.652.789,37	47.581.540,42
Outras Receitas Correntes	6.664,12	83.309,31	64.653,20	90.514,48	99.565,93	107.531,20	117.209,01
Multa e Juros de Mora	6.664,12	-	-	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-	-	-	-
Compensação entre Regimes RPPS	-	-	-	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	83.309,31	64.653,20	90.514,48	99.565,93	107.531,20	117.209,01

RECEITAS DE CAPITAL	3.364.336,17	3.241.463,53	5.339.907,26	9.185.295,24	10.103.824,76	10.923.130,75	11.912.262,51
Operações de crédito							
Amortização de empréstimos							
Alienações de Bens	-	-	-	500.000,00	550.000,00	605.000,00	665.500,00
Receitas de Alienação de Invest Temporários							
Receitas de Alienação de Invest Permanentes							
Outras Alienações de Bens	3.364.336,17	3.241.463,53	5.339.907,26	8.685.295,24	9.553.824,76	10.318.130,75	11.246.762,51
Transferência de Capital							
Convênios							
Outras Transferências de Capital	3.364.336,17	3.241.463,53	5.339.907,26	8.685.295,24	9.553.824,76	10.318.130,75	11.246.762,51
Outras Receitas de Capital							
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS							
Receitas Correntes							
Receita de Serviços Intraorçamentários							
Transferências Correntes							
Outras Receitas Correntes Intraorçamentários							
Receitas de Capital							
DEDUÇÕES	7.313.437,72	8.808.732,49	6.929.341,59	7.337.974,72	8.071.772,19	8.717.513,97	9.502.090,22
Deduções da Receita p/ Formaçã do FUNDEB	7.313.437,72	8.808.732,49	6.929.341,59	7.337.974,72	8.071.772,19	8.717.513,97	9.502.090,22
TOTAL DAS RECEITAS	106.896.320,00	129.417.131,35	109.829.324,17	174.850.461,78	192.335.507,96	208.476.336,89	227.608.678,85

ESPECIFICAÇÃO	Realizadas			Estimadas		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITA CORRENTE (Exceto Intra) (I) SEM RPPS	110.845.421,55	134.984.400,31	173.003.141,26	190.303.455,39	206.270.720,11	225.198.506,56
Deduções (II)	7.313.437,72	8.808.732,49	7.337.974,72	8.071.772,19	8.717.513,97	9.502.090,22
Contribuição do Servidor RPPS	-	-	-	-	-	-
Compensação entre Regimes RP>S	-	-	-	-	-	-
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	7.313.437,72	8.808.732,49	7.337.974,72	8.071.772,19	8.717.513,97	9.502.090,22
Aplicações Financeiras de RPPS						
Receita Corrente Líquida (III) = (I - II)	103.531.983,83	126.175.667,82	165.665.166,54	182.231.683,19	197.553.206,15	215.696.416,34
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	120.173,60					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	103.411.810,23	126.175.667,82	165.665.166,54	182.231.683,19	197.553.206,15	215.696.416,34
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VII)	30.081,00					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (VI - VII)	103.381.729,23	126.175.667,82	165.665.166,54	182.231.683,19	197.553.206,15	215.696.416,34

METAS FISCAIS - RESULTADO NOMINAL
2024

ESPECIFICAÇÃO	Realizada 2021	Prevista 2022	Realizada 2022	Prevista 2023	Prevista 2024	Prevista 2025	Prevista 2026
JUROS NOMINAIS							
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS	396.384,03	-	2.073.947,89	-	-	-	-
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS	27.541,28	-	9.464,26	-	-	-	-
RESULTADO NOMINAL (ACIMA DA LINHA)	3.492.044,09	(4.474.885,27)	(270.004,31)	(5.056.740,16)	(5.562.414,18)	(5.253.419,02)	(5.356.755,09)

METAS FISCAIS - RESULTADO PRIMÁRIO
2024

ESPECIFICAÇÕES	Realizadas		Estimadas				
	2021	2022	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITA TOTAL (EXCETO INRAORÇAMENTÁRIAS)	106.896.320,00	129.417.131,35	109.829.324,17	174.850.461,78	192.335.507,96	208.476.336,89	227.608.678,85
RECEITAS CORRENTES (I)	103.531.983,83	126.175.667,82	104.489.416,91	165.665.166,54	182.231.683,19	197.563.206,15	215.696.416,34
Receita Tributária	17.111.784,14	21.594.305,77	16.945.562,70	33.772.195,25	37.149.414,78	40.864.356,25	44.905.569,96
Receita de Contribuição	2.985.977,16	3.539.951,10	5.449.933,34	5.600.000,00	6.160.000,00	6.652.800,00	7.251.552,00
Receita Patrimonial	396.384,03	2.073.947,89	236.300,35	1.116.093,19	1.227.702,51	1.325.918,71	1.445.251,39
Aplicações Financeiras (II)	396.384,03	2.073.947,89	234.228,15	297.358,33	327.094,16	353.261,70	385.055,25
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	2.072,20	818.734,86	900.608,35	972.657,01	1.060.196,14
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	128.205,43	100.000,00	11.397,20	215.956,08	237.551,69	256.555,82	279.645,85
Transferências Correntes	90.216.406,67	107.592.886,24	88.710.911,71	132.208.382,26	145.429.220,49	157.063.558,12	171.199.278,36
Demais Receitas Correntes	6.664,12	83.309,31	64.653,20	90.514,48	98.565,93	107.531,20	117.209,01
Receita Intra orçamentária Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de Receitas p/ Formação do FUNDEB	7.313.437,72	8.808.732,49	6.929.341,59	7.337.974,72	8.071.772,19	8.717.513,97	9.502.090,22
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES SEM FONTES RPPS (III) = (I - II)	103.135.599,80	124.101.719,93	104.255.186,76	165.367.808,21	181.904.589,03	197.199.944,45	215.311.361,09
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	3.364.336,17	3.241.463,53	5.339.907,26	9.185.295,24	10.103.824,76	10.923.130,75	11.912.262,51
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	0,00	0,00	0,00	500.000,00	550.000,00	605.000,00	665.500,00
Transferência de Capital	3.364.336,17	3.241.463,53	5.339.907,26	8.685.295,24	9.553.824,76	10.318.130,75	11.248.762,51
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VIII) = (IV.V-VI)	3.364.336,17	3.241.463,53	5.339.907,26	9.185.295,24	10.103.824,76	10.923.130,75	11.912.262,51
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (III + VIII)	106.499.935,97	127.343.183,46	109.595.096,02	174.553.103,45	192.008.413,80	208.123.075,19	227.223.623,60
DESPESAS CORRENTES (X)	94.674.019,80	109.863.032,02	95.414.837,68	139.147.982,47	153.062.780,72	165.307.803,17	180.185.505,46
Pessoal e Encargos Sociais	62.563.721,59	66.111.482,87	54.574.210,83	78.381.141,60	86.219.255,76	93.116.796,22	101.497.307,88
Juros e Encargos da Dívida (XI)	27.541,28	9.464,26	33.355,00	300.000,00	330.000,00	356.400,00	388.476,00
Outras Despesas Correntes	32.082.756,93	43.741.984,89	40.807.271,85	60.466.840,87	66.513.524,96	71.834.606,95	78.299.721,58
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XII) = (X - XI) SEM RPPS	94.646.478,52	109.853.567,76	95.381.482,68	138.847.982,47	152.732.780,72	164.951.403,17	179.797.029,46
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	9.039.636,48	17.868.510,27	14.230.059,31	35.472.479,31	39.019.727,24	42.141.305,42	45.934.022,91
Investimentos (XIV)	7.732.290,79	15.721.068,73	12.917.769,31	34.877.479,31	38.145.227,24	41.196.845,42	44.904.561,51
Inversões Financeiras (XV)	0,00	245.566,24	108.325,00	195.000,00	214.500,00	231.660,00	252.509,40
Concessão de empréstimos e financiamentos (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de capital jantegralizado (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de crédito (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	1.307.345,69	245.566,24	108.325,00	195.000,00	214.500,00	231.660,00	252.509,40
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CARTAL (XXI) = (XIII - XVI - XVII - XX)	7.732.290,79	15.966.634,97	13.026.094,31	34.872.479,31	38.359.727,24	41.428.505,42	45.157.070,91
PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRIMÁRIAS (XXII)	997.965,32	3.857.468,67	5.441.713,30	5.659.381,83	6.225.320,02	6.723.345,62	7.328.446,72
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIII)	0,00	0,00	220.691,00	230.000,00	253.000,00	273.240,00	297.831,60
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XII + XV + XVI)	103.376.734,63	129.677.671,40	114.069.981,29	179.609.843,61	197.570.827,97	213.376.494,21	232.580.378,69
RESULTADO PRIMÁRIO (ACIMADA LINHA) (IX - XVII)	3.123.201,34	-2.334.487,94	-4.474.885,27	-6.056.740,16	-5.562.414,18	-5.253.419,02	-5.356.755,09



ESTADO DO PARÁ

PALÁCIO MANOEL PEDRO DE CASTRO

Fundada em 07 de janeiro de 1884

EMENDA ADITIVA Nº 01/2023 DO PROJETO DE LEI Nº 04/2023 (LDO) EXERCÍCIO DE 2024.

As Vereadoras Roberta Grazielle Pinheiro Gaia E Luna Gabriela de Santa Brígida Figueiredo, integrantes da bancada PL, com assentos nesta Casa de Leis, estão propondo na forma regimental, a seguinte Emenda Aditiva.

Acrescentar o XXVII, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) exercício de 2024, sugerindo do Poder Executivo, a criação do Conselho Municipal de Direito da Mulher (CODIMS).

Palácio Manoel Pedro de Castro, Plenário Raymundo Nogueira Gomes, 01/06/23.

Roberta Grazielle Pinheiro Gaia
Vereadora-PL

Luna Gabriela Figueiredo de Santa Brígida
Vereadora- PL

CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS